



## Semana decisiva

Está marcado para a próxima sexta-feira (26) o julgamento do governador Carlos Moisés da Silva no Tribunal Especial de Julgamento do Impeachment que, por decisão do presidente do Tribunal, desembargador Ricardo Roesler, acontecerá exclusivamente de forma telepresencial. O Tribunal, que pode afastar o governador se der pelo menos seis votos pelo prosseguimento da denúncia entre os dez membros, analisa o caso da compra dos 200 respiradores da Veigamed, além da tentativa de contratação de um hospital de campanha em Itajaí e uma suposta mentira à CPI dos respiradores. Muita coisa mudou politicamente desde que as ações vieram a público, como o acerto do governador com o Parlamento e o ingresso de deputados ou seus indicados no governo. Na política, a questão parece resolvida em favor de Moisés e a palavra de ordem é trazer estabilidade ao cenário econômico. Por outro lado, o Tribunal tem cinco desembargadores, cujo voto sempre será uma incógnita.

### SEM MEDO

Às vésperas da votação do primeiro processo de impeachment - o dos procuradores -, Moisés correu o Estado para realizar todas as entregas possíveis, visitou obras em andamento e propagou os avanços do seu governo, no que parecia uma espécie de construção de

discurso para quem estava de saída. Ele temia o processo porque sabia que tinha cinco votos de deputados contra ele. Agora, a situação é bem diferente. A pandemia chegou ao pior momento, com escalada de casos e óbitos, mas o governador demonstra certa tranquilidade.

▪ **A COMPRA** dos respiradores será analisada pelo Ministério Público e pela Polícia Civil, que aguardam o processo descer de Brasília, para identificação de possíveis crimes e responsáveis. O Tribunal do Impeachment julga exclusivamente a participação de Moisés no caso e sua atuação como chefe do Executivo. É julgamento político, e não criminal.

▪ **A ALESC** promoveu uma CPI para apurar a compra dos respiradores em 2020 e que fez barulho. A conclusão foi pela responsabilização de Moisés e outros 13 envolvidos. Entre os membros da CPI estavam Valdir Cobalchini (MDB) e Fabiano da Luz (PT) que agora compõe o tribunal misto. O caso é o mesmo, mas o cenário político e os indícios são outros.